

PROCESSO: DPE-PRC-2025/02502

PARECER JURÍDICO Nº 757/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025

ADMINISTRATIVO - ANÁLISE FINAL DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 -
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI 14.133/2021 E
DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo encaminhado a esta Assessoria para análise e Parecer Jurídico sobre a regularidade dos atos praticados para a realização do Pregão Eletrônico n.º 027/2025, que versa sobre a aquisição de módulos de expansão de memória e armazenamento para o novo servidor desta Defensoria Pública, pois se trata de medida imprescindível para garantir o pleno atendimento à crescente demanda pelos serviços institucionais.

Consta no alusivo processo que esta Assessoria Jurídica já se manifestou a respeito da fase interna através do parecer jurídico inicial, dessa forma, esta análise será voltada apenas para a fase externa, no caso a realização propriamente dita do certame.

O processo licitatório foi devidamente instruído e nele foram anexados os seguintes documentos, além do que já foram citados no primeiro Parecer Jurídico:

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

Sede Administrativa: Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168 - Tambiá, João Pessoa - PB, 58020-680



DPECAP202500114



- Aviso de publicação de Licitação em órgão oficial de imprensa;
- Informação ao TC;
- Termo de Referência retificado;
- Despacho do Setor de Planejamento e Contratação para a SCL;
- Edital;
- Aviso de publicação de Licitação em órgão oficial de imprensa;
- Propostas;
- Despacho da SCL para a Coordenação de Tecnologia da Informação;
- Despacho da Coordenação de Tecnologia da Informação para SCL informando que a empresa PTN PARTS INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA não atende aos requisitos mínimos do Termo de Referência;
- Publicação;
- Despacho da SCL para a Coordenação de Tecnologia da Informação;
- Despacho da Coordenação de Tecnologia da Informação para SCL com um com um aceite da nova empresa;
- Documentação de Habilitação das empresa vencedora;
- Ata final;
- Ata de propostas;
- Vencedor do Processo.

Após toda tramitação de lances e realização da fase de habilitação e análise da documentação comprobatória da qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e da regularidade fiscal da empresa, o setor da SCL declarou a empresa vencedora **PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrito no CNPJ nº. **02.213.325/0002-69**, no valor de R\$ 2.496,476 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

Sede Administrativa: Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168 - Tambiá, João Pessoa - PB, 58020-680



DPECAP202500114



quatrocentos e setenta e seis reais), no qual apresentou a melhor proposta para contratação.

É o relatório. Passo a opinar.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, até mesmo com relação à empresa vencedora do certame.

Pois bem. Após o parecer inicial concernente à adequação dos trâmites administrativos sobre o processo licitatório, e da regularidade da minuta do edital e do contrato aos parâmetros legais contidos na Lei de Licitações e nos princípios gerais de direito, foi publicado aviso de publicação de licitação para recebimento de propostas e abertura.

O aviso da licitação foi publicado em Diário Oficial, como consta nos autos processuais. Observa-se também que a exigência quanto ao prazo mínimo de publicação entre a disponibilização do edital e a abertura do certame foi devidamente obedecida.

Compareceram no certame as empresas descritas na **ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**, encerrando a etapa de lances, sendo a empresa **PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrito no CNPJ nº. 02.213.325/0002-69, a qual apresentou suas habilitações e

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

Sede Administrativa: Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168 - Tambiá, João Pessoa - PB, 58020-680





proposta na forma edílica, tendo a mesma sido habilitada na forma da lei e, o qual se amoldou aos parâmetros financeiros do presente processo, estando dentro de uma margem no qual revela que o valor é vantajoso para contratação de empresa para aquisição de módulos de expansão de memória e armazenamento para o novo servidor desta Defensoria Pública.

Consta também nos autos processuais, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, onde há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, com Dotação Disponível nº. 14101.03.126.5046.4219.449052.500 e/ou 14902.03.126.5046.4219.449052.759.

No tocante aos documentos apresentado pela empresa declarada vencedora, percebe-se a comprovação de regular habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da Lei de Licitação e Contratos nº 14.133/2021.

Destarte, considerando que a Lei de Licitações aponta como vencedora do certame aquela que apresentou a proposta de acordo com as especificações do edital e que ofertou o menor preço, o que foi atendido, o presente processo foi devidamente adjudicado e está apto a ser homologado na forma da lei.

Portanto, considerando o decorrido acima, tem-se que o presente processo licitatório atendeu a todos os requisitos para sua validade previstos na Lei nº 14.133/2021. Desse modo, inexistem óbices jurídicos para a sua homologação e prosseguimento dos atos ulteriores, uma vez que se encontra em plena regularidade legal sobre seus procedimentos.

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

Sede Administrativa: Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168 - Tambiá, João Pessoa - PB, 58020-680



DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, que estão presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica.

Sendo assim, diante da documentação acostada aos autos, a ASSEJUR opina pela aprovação das fases cumpridas até o presente momento no processo em análise, opinando favoravelmente pela contratação da empresa **PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrito no CNPJ nº. 02.213.325/0002-69.

Conclui-se, portanto, depois da devida homologação do certame pela autoridade competente, expedir instrumento convocatório e o contrato, haja vista, a priori, não se vislumbrar quaisquer óbices jurídicos ao prosseguimento do processo licitatório.

Retornem os autos à SCL.

João Pessoa, 19 de novembro de 2025.

ALESSANDRA SCARANO GUERRA MAIA

ASSEJUR

Defensoria Pública do Estado da Paraíba
Sede Administrativa: Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168 - Tambiá, João Pessoa - PB, 58020-680

